

Crise de 2008, políticas keynesianas e desigualdade no Brasil: uma análise quantitativa do poder de compra dos vulneráveis.

RESUMO

Introdução

A crise de 2008, originada nos EUA com os subprimes, espalhou-se globalmente e impactou o Brasil por meio da desvalorização cambial e inflação. Apesar da adoção de medidas anticíclicas, como estímulos fiscais e expansão do crédito, a população de baixa renda foi a mais prejudicada. O estudo busca compreender como a inflação corroeu o poder de compra desses grupos e se intensificou a desigualdade social

Problema de Pesquisa e Objetivo

A questão central é: qual foi a perda de poder de compra das famílias de baixa renda em 2008? O objetivo geral é analisar o comportamento da inflação durante e após a crise, verificando se seu impacto foi mais severo para as camadas vulneráveis e se contribuiu para ampliar a desigualdade. Busca-se também avaliar o papel das políticas keynesianas como resposta estatal

Fundamentação Teórica

A literatura aponta o excesso de liquidez e inovação financeira como gatilhos da crise. A teoria keynesiana sustenta a necessidade de intervenção estatal para sustentar demanda e proteger emprego. No Brasil, medidas como expansão do crédito, valorização do salário-mínimo e programas sociais mitigaram impactos. Entretanto, a inflação de demanda e de custos atingiu de forma desigual, penalizando mais os pobres

Metodologia

A pesquisa é quantitativa e utiliza dados secundários do IBGE, PNAD, IPEA, BACEN e DIEESE para medir efeitos da crise sobre renda e consumo. As variáveis incluem inflação, PIB, desemprego, Bolsa Família e salário real. O método aplicado é a regressão linear múltipla, conforme Wooldridge (2016), permitindo isolar relações entre variáveis e avaliar impactos das políticas keynesianas na manutenção do poder de compra

Análise e Discussão dos Resultados

Entre 2005 e 2010, o Brasil mostrou resiliência: o PIB cresceu até 2007, recuou em 2009 e recuperou 7,5% em 2010. A inflação manteve-se controlada, mas afetou mais os pobres. O Índice de Gini caiu de 0,569 para 0,524, mostrando redução da desigualdade. Programas como Bolsa Família e valorização do salário-mínimo ampliaram renda e consumo das classes mais baixas, evidenciando a eficácia das políticas anticíclicas

Considerações Finais

O estudo confirma a efetividade das políticas keynesianas na crise de 2008. A intervenção estatal, com expansão do Bolsa Família e valorização do salário-mínimo, preservou o consumo das famílias de baixa renda e reduziu desigualdade. Enquanto países aprofundaram disparidades, o Brasil manteve avanços sociais. Contudo, persistem vulnerabilidades estruturais, como dependência de commodities e pressões inflacionárias

Referências

Foram utilizadas obras clássicas de Keynes (1996), Krugman (2009), Stiglitz (2010), Bernanke (2015), Mankiw (2018) e Piketty (2014), além de dados de instituições como IBGE, IPEA, DIEESE, BACEN e World Bank. Essas fontes fundamentaram a análise sobre crise, inflação e desigualdade no Brasil. Destaca-se também literatura nacional de Hoffmann (2007), Carvalho (2018) e Neri (2010), que embasaram a discussão sobre renda e políticas sociais

Palavras-Chave: Inflação / Crise / Renda e Consumo